

PARTE 1: IMIGRANTES: QUANTOS SÃO? QUEM SÃO, AONDE VÃO?

Introdução

Nos discursos sobre a imigração, as palavras são raramente precisas e frequentemente a imprecisão reina quanto ao número de imigrantes em um ou outro país. Misturam-se às vezes os imigrantes propriamente ditos e sua descendência nascida nos países de destino. A imigração clandestina é frequentemente superestimada. Os dados são às vezes aumentados desmesuradamente. Avaliar sobre bases científicas a importância da imigração é necessário. Mas para fazê-lo, é ainda preciso definir inicialmente o que implica o termo “imigrante”. Esta avaliação, difícil sob vários aspectos, permite rejeitar os argumentos quantitativos dos que, denunciando as “invasões” do Norte pelo Sul, inflam as estatísticas, exploram o sentimento de insegurança das populações enunciando discursos populistas a conotações racistas.

Para tanto, não podemos nos limitar a uma perspectiva estritamente contável. A imigração é plural, múltipla. Há uma grande diversidade de situações, não apenas entre países, mas igualmente no seio de cada país e, portanto, das experiências vividas pelos imigrantes. Quem é imigrante e quem não o é? As formas de entrada e a duração da estada influem no comportamento dos imigrantes? Estas são duas questões às quais o prólogo que se segue é consagrado. Elas são de alguma forma anterior a análise consagrada nesta parte às modificações, por vezes substanciais, da imigração ao longo das últimas décadas, analisadas nos dois capítulos seguintes.

A imigração na Europa mudou de amplitude e de face. Em certos

países ela é recente, em outros, ela é antiga. Ela concerne populações, na maioria de origem modesta, vindas ou de antigas colônias ou de países em desenvolvimento, ou enfim de países da Europa do Leste. Os imigrantes foram, por grande parte, de início, europeus (poloneses, italianos, portugueses, espanhóis...), de confissão cristã ou mesmo judia. Esta fonte se esgotou e a imigração hoje concerne africanos (argelinos, marroquinos, senegaleses, do Zimbábue, da África do Sul...), ex-iugoslavos, turcos, e asiáticos (Paquistão, Índia...) de confissão muçulmana em grande parte, e desde a queda do Muro de Berlim e o alargamento da Europa, ela concerne migrantes dos países do Leste, mais qualificados, mais frequentemente mulheres que homens, de migração de aspecto mais temporário. A imigração de origem no Leste europeu, mas também latino-americana, de confissão cristã, também se desenvolveu fortemente em certos países (Alemanha, Espanha, e Itália)³.

A imigração mais recente, proporcionalmente mais móvel pelo seu estatuto mais importante de migração temporária, está ameaçada pela crise. Grande número de poloneses, desta forma, deixou o Reino Unido, como consequência da perda de seus empregos em razão da crise, mas também em razão dos discursos, inclusive oficiais, visando a reservar os empregos aos nacionais, em contradição com os compromissos assumidos face à União Europeia e ao Conselho da Europa. Grande número de romenos, de ucranianos não viram seus contratos renovados na Espanha e os empregos disponíveis são destinados aos espanhóis de preferência com o aumento do desemprego.

Os imigrantes não são mais os mesmos, tanto no que concerne seu lugar de origem como suas qualificações. Países que, ainda ontem, eram “reservatórios” de mão-de-obra, tornam-se países de destino. Os países anteriormente coloniais conhecem igualmente mudanças por

³ Os imigrantes da América Latina e da Europa do Leste têm direito à nacionalidade do país de destino automaticamente se eles provarem que um de seus ancestrais vem deste país. Tal é o caso da Itália, da Espanha, de Portugal e da Alemanha. Eles não aparecem então nas estatísticas como estrangeiros mas como nativos nascidos no estrangeiro.

vezes radicais na população imigrante. As condições de acolhida dos imigrantes diferem igualmente segundo os países. Eis o objeto dos dois últimos capítulos desta primeira parte.

1.1-Prólogo: Definições e Experiências

1.1.1-Enumerar os imigrantes

Segundo a definição mais corrente, os imigrantes são as pessoas que, nascidas no estrangeiro, não têm a nacionalidade do país de destino quando de seu nascimento.

Esta definição, aparentemente simples, encontra, no entanto dificuldades de aplicação. Em vários países, com efeito, não são considerados como imigrantes os migrantes, nascidos no estrangeiro, de quem um dos ascendentes nacionais imigrou no passado. Assim é na Alemanha para as populações de origem alemã estabelecidas a leste de suas fronteiras hoje. Assim é principalmente na Itália, em Portugal, para um bom número de latino-americanos que, graças à nacionalidade de origem de seus ascendentes, podem adquirir uma dupla nacionalidade. É o que explica que tenhamos por vezes diferenças sensíveis nos dados quantitativos quando eles são fornecidos por um ou outro instituto. A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) define em geral como imigrantes aqueles que são nascidos no estrangeiro (*forlin born*) – sejam eles naturalizados em seguida ou não – e que ela opõe então àqueles nascidos no país (*native born*).

Durante muito tempo, os estatísticos consideraram que a população estrangeira era um bom indicador da população imigrante. Ora, sabe-se que os imigrantes podem obter a nacionalidade do país de destino por meio de naturalização, mais ou menos facilmente segundo os países, de forma que a diferença pode ser mais ou menos importante entre o número de imigrantes e o de estrangeiros.

Assim sendo, esta diferença tende a se reduzir com as dificuldades crescentes para se obter, hoje, a nacionalidade do país de destino na maior parte dos países, mas inversamente tende a aumentar na medida em que a duração da estada cresce. Com efeito, à medida que os imigrantes se instalam no país de destino, a probabilidade que eles têm de adquirir, por meio de naturalização, a nacionalidade do país aumenta. Na França, por exemplo, país de imigração antiga, a diferença entre os dados concernentes aos imigrantes e aos estrangeiros é importante: uma percentagem considerável de imigrantes tendo adquirido a nacionalidade francesa. A imigração sendo muito mais recente na Espanha, na Itália, em Portugal: a diferença assim entre as populações estrangeiras e imigradas é aí muito menos importante. Enfim, na Alemanha, a amenização da legislação sobre a naturalização das crianças imigradas nascidas neste país tende a reduzir o número de estrangeiros e a aumentar a diferença entre imigrantes e estrangeiros. As populações imigradas e estrangeiras coincidem em parte apenas. Em certos países, a diferença é importante, em outros menos. Assim, confundi-los, como se faz às vezes, da uma ideia aproximativa da imigração.

É importante saber a que os números correspondem. A homogeneização se revela frequentemente necessária para fazer comparações internacionais e “fazer falar os números” e se isto se mostra muito complexo, optar por uma definição clara, mesmo restritiva como aquela escolhida, em geral, pela OCDE (*forlin born* oposto a *native born*) é então preferível. É o que nós faremos.

Por trás das dificuldades de avaliação estatística há numerosas

questões sociais e culturais e não podemos nos limitar a estas avaliações quantitativas. Tomemos um exemplo, o dos filhos de imigrantes. Tenham eles ou não a nacionalidade do país de destino, suas situações não são as mesmas que aquelas dos nativos: o mais frequentemente concentrado em certas zonas urbanas, conhecendo uma taxa de desemprego mais elevado e sofrendo discriminações fortes à contratação e ao trabalho, eles vivem, no cotidiano, os fracassos ou as insuficiências de políticas de integração que podem conduzi-los a buscar outros paradigmas em nível dos valores que aqueles “defendidos” pelos Estados. É o que conduz homens políticos e por vezes intelectuais a utilizar expressões como “jovens saídos da imigração” ou “segunda geração”, expressões de conotação frequentemente estigmatizante. Decerto estas expressões parecem legitimadas quando os indivíduos em questão reivindicam a herança de seus pais e/ou quando “[...] os outros lhes confinam frequentemente a esta origem.”⁴ Mas elas não deixam de conservar esta conotação insultante. Esta imprecisão nas palavras é reveladora de um problema: se se faz exceção às migrações ligadas à construção da Europa e provenientes dos países do Leste, as migrações recentes têm uma origem diferente daquelas das grandes vagas de imigração da primeira metade do século vinte e são portadoras de problemas específicos. Como elas são em maior medida que no passado de confissão muçulmana, a diversidade religiosa torna então o diálogo intercultural mais imperativo.

1.1.2-Diversidade de situações e experiências

As experiências e dificuldades encontradas pelos migrantes diferem segundo suas datas de chegada no país de destino. Suas

⁴ Sobre este ponto ver Schnapper (2007, p. 219). Desta forma, eles se distinguiriam dos autóctones. Ora, sabe-se que em seguida a frequentes miscigenações de populações durante os últimos cem anos, uma fração mais ou menos importante da população de cada um dos países europeus é de origem estrangeira, vem da imigração. O que parece ser uma população autóctone é, para uma fração dela, de origem imigrante. É verdade que muitas vezes os mais velhos perderam progressivamente a lembrança de sua identidade e se integraram ao Estado Nação de destino de seus ascendentes enquanto que os mais recentes ou não o perderam ou não chegaram a construir um sincretismo nem a se integrar

capacidades a superá-las não são as mesmas se eles vêm de chegar ao país de destino ou se eles aí residem há vários anos. Sua vulnerabilidade à adversidade não é a mesma. É o que explica que o Conselho da Europa (2008c) tenha buscado distinguir os imigrantes dos imigrados (migrantes residentes). Os primeiros são as pessoas que estão na primeira fase do processo de instalação e os segundos aqueles que estão instalados há vários anos, quer eles tenham ou não adquirido a nacionalidade de seu país de destino.

Da mesma forma é necessário fazer uma distinção entre aqueles que têm vocação a permanecer (imigração permanente) e aqueles que não têm esta intenção (imigração temporária). Esta última é frequentemente qualificada de migração “pendular” ou ainda “circular”. Os migrantes “pendulares” vão e vêm graças às “facilidades” crescentes de circulação para os cidadãos dos países da Europa Central, recentemente admitidos na União Europeia – ver particularmente o capítulo 3 e seguintes de Dayton-Johnson e al. (2007, p. 43). Alguns deles participam das colheitas e vêm como trabalhadores agrícolas. Este é o caso de numerosos romenos na Espanha. Outros “fazem negócios” e, legalmente ou não, entram e saem da Rússia, passam as fronteiras dos países do Leste, praticando o que Morokvasic-Muller (1999) chamam “a economia de bazar”. Como nota, com justiça, o Conselho da Europa:

É um aspecto da integração ainda até aqui jamais explorado: em que medida as atividades de integração são elas aplicáveis aos migrantes em curto prazo? Ora, as políticas de integração tomam geralmente como certo que os migrantes se instalarão de forma duradoura nos países de destino. Assim sendo, estas políticas devem ser reexaminadas e adaptadas, se preciso, a fim de satisfazer as necessidades dos migrantes em curto prazo e das sociedades em que eles vivem principalmente nos casos em que a população dos imigrantes evoluiu rapidamente em termos de número e de perfil. (COUNCIL OF EUROPE, 2008).

A distinção entre migração pendular e migração de caráter

permanente não é sempre pertinente: basta que as condições de circulação mudem que elas se tornem mais restritivas, para que a imigração pendular, por força das circunstâncias, se transforme em migração de caráter permanente. Foi possível assim observar esta evolução na França, mas também em outros países: quando, em 1975, uma carta de residência foi instituída para os imigrantes vindos do sul do Sahara e que, em 1986, a obtenção de um visto foi exigida para a entrada na França, tornou-se mais difícil para um migrante retornar a seu país para ver sua família, ainda que por alguns meses, e voltar em seguida. De medo de não poder obter de novo um visto, eles limitaram o número de seus deslocamentos. Em vez de reencontrar sua família regularmente na África, eles buscaram fazê-la vir, nos quadros de um reagrupamento familiar. (FAES; SMITH, 2007).

Um estudo interessante mostra que no México (ODGERS, 2007) a construção de um muro visando a impedir a imigração ilegal transformou a migração pendular em migração definitiva. Isto se explica pelo temor de não mais poder retornar aos Estados Unidos depois de uma estada em seu país de origem. Estas medidas tiveram efeitos “não desejados”: elas favoreceram a migração e os “negócios” dos atravessadores, tornou mais perigosa a migração e multiplicaram os encarceramentos e as expulsões.

A passagem de uma migração legal de caráter temporário a uma migração clandestina de caráter permanente é, por vezes, o caso de migrantes vindos com um visto de turismo ou bem com um visto temporário de trabalho ou de estudo. Não existem senão muito poucas estimativas sérias sobre a migração clandestina como nos veremos adiante.

Tratando-se de imigração clandestina, os governos buscam limitá-la ao máximo, qualquer que seja a forma que ela assuma, desenvolvendo medidas de segurança que podem em certos casos, constituir agressões indiretas ou até diretas aos direitos do homem.

As modalidades de entrada dos migrantes influem em seus comportamentos⁵ e sua integração futura na sociedade de destino. Em face de dificuldades para obter a autorização de migrar e de se instalar a título de um reagrupamento familiar, certos migrantes tentam obtê-lo depois de terem entrado clandestinamente no território onde vivem suas famílias. Outros, enfim, tentam obter o estatuto de refugiados políticos após entrarem clandestinamente no país de destino. No entanto, diante das dificuldades crescentes para se obter este estatuto, um grande número deles prefere não pedi-lo, com receio de serem expulsos. Estas dificuldades se explicam, no essencial, pela implementação de novas políticas, mais restritivas e mais rigorosas, em matéria de imigração.

Assim, é preciso distinguir a experiência dos imigrantes de primeira geração daquela de sua descendência. Seus comportamentos são frequentemente diferentes: uns deixam seu país de origem às vezes ao risco de sua própria vida, os outros nascem em seu país de destino ou bem beneficiam, jovens, de um reagrupamento familiar e vivem e se formam no país de destino.

1.2-A imigração se Transformou Profundamente

1.2.1-Origens e destinações dos migrantes

Segundo o *Banque Mondiale* (2007), no início do século XX, contavam-se 48 milhões de migrantes, ou seja, 12,3% da população europeia⁶.

⁵ Sobre as entradas ilegais, a literatura é abundante. Pode-se referir a um documento edificante publicado pelo Migration Policy Institute (nov. 2006).

⁶ Neste estudo o Banco Mundial define os migrantes como pessoas nascidas no estrangeiro.

Referimos-nos à emigração antes que à imigração. Nessa época, a maior parte dos migrantes provinha dos países mais industrializados. Com efeito, avaliando-se os migrantes por país de origem e relacionando o conjunto dos migrantes do país em questão à sua população em 1900, observa-se que os dez primeiros países que tinham as mais fortes taxas de migração eram os países mais desenvolvidos. Desse modo, a taxa de migração bruta (total das saídas do país em relação à população menos entradas) a mais elevada era a das Ilhas Britânicas (40,9%), seguida da Noruega, de Portugal, da Itália, da Espanha, a França estando no fim do pelotão (1,3%). Estes números são muito elevados e, para que não haja equívoco em sua interpretação, convém lembrar que se trata do total das saídas relacionadas à população em 1900 e não dos fluxos de saídas anuais relacionadas à população.

A situação muda radicalmente no início do século XX: só três países industrializados figuram dentre os dez primeiros países de emigração. Os outros são, seja economias em vias de desenvolvimento, seja economias ditas emergentes, o México sendo o país que envia mais migrantes em relação à sua população. (BANQUE MONDIALE, 2007).

Em nível mundial, a imigração é por definição equivalente à emigração, mas não para todos os países. Os *foreign born* representam mais ou menos 3% da população mundial em 2005, segundo a ONU (2009). Esta percentagem pouco variou em quinze anos, já que em 1990 ela era de 2,9%. A ligeira alta da percentagem global corresponde às disparidades segundo as zonas geográficas de destinação das migrações. A concentração dos migrantes nos países industrializados é elevada e aumenta sensivelmente em quinze anos. Da mesma forma, segundo a ONU, a percentagem dos migrantes é de 7,2% da população em 1990 e se eleva a 9,5% em 2005 nos países mais industrializados. Se se considerar o conjunto dos Estados Unidos e Canadá, as percentagens são ainda mais elevadas e crescentes: 9,7% da população em 1990 e 13,5% em 2005. Na Europa, ainda

que bem mais fracas, as percentagens estão igualmente em alta: 6,8% em 1990 e 8,8% em 2005. Ao inverso, a concentração dos migrantes é muito mais fraca nos países menos desenvolvidos e cede relativamente entre estas duas datas, ou seja, respectivamente 2,1% da população e 1,4%. (ONU, 2009). Acrescentemos que segundo a OCDE, a população imigrada nos países em via de desenvolvimento provém em 80% destes países. (OCDE, 2007a).

A imigração é em certos países muito importante. Assim, os migrantes representam hoje ao menos 20% da população em 41 países, sejam eles industrializados ou não. De uma maneira geral, as mulheres constituem quase a metade, ou seja, 49,6% (OCDE, mesma fonte). Este último dado é importante e desmente o mito de uma imigração principalmente masculina. Mais que isto, um pouco mais que a metade dos migrantes residindo nos países desenvolvidos (54%) provém dos países em via de desenvolvimento e 8,5% dos imigrantes nos países da OCDE vêm da África. A parte mais importante dos imigrados nos países da OCDE vem da América Latina (25%). Esta percentagem elevada se explica pela forte imigração dos mexicanos, dos centro-americanos, e de latino-americanos provenientes da Colômbia, da Venezuela e à destinação principalmente dos Estados Unidos. Seguem-se os asiáticos (16,8%) na direção dos Estados Unidos, dos países europeus da OCDE e do Japão, e depois os europeus (13,5%). Uma parte importante dos migrantes poloneses e romenos vai para o Reino Unido, enquanto que no que se trata da Espanha, são principalmente os romenos e os ucranianos (mesma fonte).

Sem procurar aqui analisar as causas da migração, observamos que certas variáveis podem intervir na escolha do país: história “partilhada” da colonização (Reino Unido, França, Portugal, Espanha), os conflitos recentes (Estados Unidos na Ásia depois da guerra do Vietnã), a participação a uma mesma zona linguística (Haiti e Quebec). A proximidade geográfica entre países de emigração e países de imigração desempenha também um papel. Assim, no começo dos anos 2000, segundo a OCDE (mesma

fonte, p.150 e 151), a destinação dos migrantes da África negra concerne principalmente os países da região. Esta percentagem se eleva a mais de 60%. Vêm em seguida os países da OCDE para 25% dentre eles o que representa, lembremos 8,5% de sua imigração. A migração da África do Norte e do Meio Oriente é, principalmente, orientada na direção dos países da OCDE (um pouco mais de 50%), e os migrantes da Europa e da Ásia Central escolhem, por 57% dentre eles, países de sua região e, para cerca de 30%, países da OCDE. A proximidade geográfica é igualmente uma variável importante sobre o continente americano.

Como já notamos, a destinação principal dos migrantes latino-americanos concerne os países da OCDE (80%), principalmente os Estados Unidos. Como nós viemos de notar, outras variáveis além da proximidade geográfica intervêm e podem assumir maior importância: a proximidade tende a se tornar menos importante nos critérios de escolha. Os fluxos migratórios dos latino-americanos se orientam, mais e mais, para a Espanha. Os migrantes chineses vão para países da OCDE, legalmente ou ilegalmente, e para países em desenvolvimento nos quadros da nova política de ajuda da China em face destes países. A destinação dos migrantes dos países do Leste Asiático e do Pacífico concerne países afastados, principalmente países da OCDE (50%). Este não é o caso para os migrantes da Ásia do Sul que privilegiam, por 37% dentre eles, países de sua região e, por 20%, países da OCDE.

1.2.2-Uma participação econômica dos imigrantes diferenciada segundo os países europeus

Quando nos referimos às populações cuja idade se compreende entre 15 e 64 anos, podemos estabelecer comparações instrutivas entre países europeus de destino tanto em nível da participação dos imigrantes na população total quanto na população economicamente ativa e no emprego. (Tabela 1). As taxas diferem de país a país. Elas são particularmente elevadas em Luxemburgo, seguidas pela Suécia,

Espanha, Bélgica, etc. Elas aumentam com o tempo, entre 2002 e 2006, qualquer que seja o indicador escolhido.

Tabela 1 – Parte dos *Foreign Born* no Total da População, da Força de Trabalho e do Emprego (15-64 anos)

Percentagens

	Parte da população total		Parte do total da força de trabalho		Parte do emprego	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Austrália	26,6	27,6	24,7	25,7	24,7	25,6
Áustria	13,2	17	13,3	16,2	12,7	15,4
Bélgica	12,4	13,5	11,3	12,3	10,1	11,1
Canadá	18,4	19,8	19,9	21,2	19,8	-
República Tcheca	2	2	1,9	1,9	1,8	1,8
Dinamarca	6,7	7,1	5,7	6	5,5	5,8
Finlândia	2,5	3,3	2,4	3,1	2,2	2,8
França	12,4	12,5	11,7	12	11	11,2
Grécia	6,4	7,6	7,4	8,3	7,2	8,3
Hungria	1,3	1,7	1,3	1,7	1,4	1,8
Irlanda	9,3	13,1	9,5	13,9	9,4	13,7
Itália	4,1	7,6	5,1	8,6	5	8,5
Luxemburgo	37,7	40,4	41,4	44,6	41,1	43,8
Holanda	13,1	12,8	11,3	11	11	10,3
Noruega	7	8,5	6,5	7,8	6,2	7,4
Portugal	5,8	7,4	6,3	7,9	6,2	7,8
Eslováquia	-	0,7	-	0,7	-	0,7
Espanha	6,8	13,6	7,8	15,1	7,6	14,6
Suécia	14	14,9	12,4	13,5	11,7	12,5
Suíça	-	26,1	-	25,4	++	24,4
Reino Unido	9,7	11,8	8,8	11,2	8,6	11
Estados Unidos	14,8	15,6	14,7	15,7	14,6	15,8

Fontes: Países europeus: European Community Labor Force Survey (dados fornecidos por Eurostat) e o censo da população de 2001 para a Itália. Para a Austrália: Labour Force Survey. Canadá: Recenseamento de 2001 e 2006. Estados Unidos: Current Population Survey, March Supplement.

Nota: Para a Itália, o valor na coluna de 2002 se refere a 2001; a população alvo consiste em pessoas de idade acima de 15 anos e inclui residentes não permanentes.

A mais forte alta dos indicadores entre 2002 e 2006 refere-se à Espanha. A parte da população nascida no estrangeiro sobre a população total dobra na Espanha entre essas duas datas, e esta forte alta concerne igualmente à parte dos imigrantes na população economicamente ativa e no emprego. Este aumento se explica pela mudança de estatuto da Espanha: ontem país de emigração, a Espanha se tornou um país de imigração, em seguida ao forte crescimento econômico para que os imigrantes contribuíssem fortemente. Em uma menor medida, é o caso da Itália, de Portugal e da Grécia.

Na França e no Reino Unido, o aumento da parte dos imigrantes na população total é fraco entre essas duas datas, o que não é o caso da Itália ou da Espanha. O mesmo se passa na percentagem dos imigrantes na população economicamente ativa e no emprego. Notemos, porém que as progressões são mais importantes no Reino Unido que na França.⁷

Ao contrário, a Holanda se caracteriza por uma ligeira inflexão da percentagem de imigrantes desta faixa etária na população total entre essas duas datas. Esta inflexão se encontra igualmente quando se considera a parte dos *foreign born* na população economicamente ativa e no emprego. Estes dados se inscrevem em contradição aos discursos dos partidos nacionalistas da Holanda quanto à “invasão” de seu país pelos imigrantes, mas eles são reveladores da não correspondência entre o imaginário e o real. Ela mostra ao mesmo tempo a dificuldade de conduzir um diálogo intercultural com vistas a tornar as sociedades mais coesas e mostra a necessidade absoluta de fazê-lo se se quer evitar o desenvolvimento das animosidades entre comunidades. É o que nós veremos nas partes dois e três deste livro.

⁷ Estes dados são tirados da OCDE (2009b).

1.3-Na Europa, os Países de Destino têm Cada um Passados Diferentes

1.3.1-Uma concentração geográfica por nacionalidade de origem

A origem geográfica dos migrantes é diferente segundo os países europeus. As variáveis de destinação, mas também a história colonial própria a cada um desses países explica em grande parte estas diferenças. Observam-se em geral fortes concentrações de certas nacionalidades em um só país de destino. Assim, segundo Wenden (2001), no fim dos anos 1990, 97% dos argelinos imigrados na Europa vivem na França. É igualmente o caso de uma grande maioria dos tunisianos (66%), dos portugueses e de mais de 50% dos marroquinos. O essencial dos imigrantes paquistaneses, hindus etc., provenientes do *Commonwealth*, vive no Reino Unido. Uma muito forte maioria (68%) dos poloneses imigrados na Europa em 2001 vive na Alemanha. Esta percentagem, mais tarde, declinou com o crescimento da imigração polonesa para o Reino Unido. Uma muito grande maioria dos imigrantes gregos na Europa (80%) vive na Alemanha, assim como 72% dos turcos imigrados na Europa.

1.3.2-Fluxos de imigração em aumento, mas situações contrastadas segundo os países de destino

Segundo a OCDE (2008), os fluxos de imigração de carácter permanente para o conjunto dos países da OCDE aumentaram em 83% entre 1995 e 2005. Neste período, certos países conheceram evoluções da taxa bruta de imigração (só as entradas são contabilizadas) mais importante. Assim é para Portugal, por exemplo, (+459%). E para a Espanha cuja população estrangeira, em situação regular, mais que quadruplicou entre 2000 e 2007, segundo o jornal El País (4 de março de 2008), que precisa que em 2007, 16,72% da população estrangeira

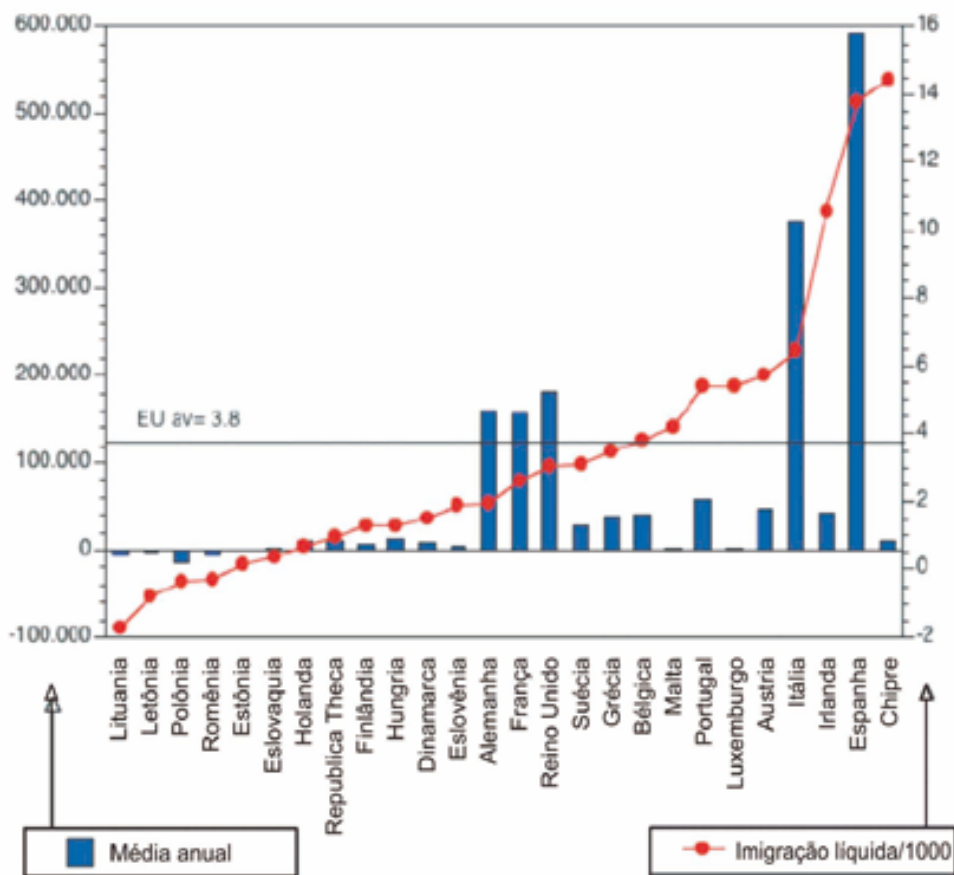
em situação regular é composta de marroquinos, 13,52% de romenos, e 10,35% de equatorianos. A França conheceu um aumento mais moderado do fluxo bruto de imigração. Nos países de imigração antiga como a França, a Alemanha, o Reino Unido, a Bélgica, etc, a importância dos fluxos de caráter permanente se explica em grande medida pelo reagrupamento familiar e isto apesar das medidas mais e mais restritivas tomadas pelos Estados. Enfim, outros países, ao inverso, conhecem uma diminuição do fluxo de imigração: assim é na Alemanha (-38% entre 1995 e 2005).

Os fluxos de imigração de caráter temporário aumentaram igualmente, às vezes fortemente, e à diferença das migrações de caráter permanente, elas referem-se essencialmente a trabalhadores sazonais. (LOWELL; KERR, 2008). Os dados disponíveis sobre os fluxos de caráter temporário são mais ou menos aproximativos, por diversas razões. Certas pessoas com vistos de estada temporária ficam no país na esperança de poder regularizar sua estada que se tornou ilegal.

Os dados que relacionam os fluxos anuais líquidos permanentes são menos confiáveis que aqueles que concernem os estoques. Assim, na França, não se conhecem nem as entradas clandestinas – elas são estimadas entre 150.000 e 800.000 pessoas – nem as saídas voluntárias, quer elas sejam ou não a título de entradas temporárias. (THIERRY, 2008).

No entanto, como sublinha o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2009, p. 29), “é importante não superestimar as distinções entre categorias de migrantes na medida em que estes passam frequentemente de uma categoria à outra.”

Figura 1. Imigração líquida na Europa dos 25: média anual (n) e por 1.000 habitantes (2001-2005)



Fonte: Cálculos do autor, baseado em dados da Eurostat

Gráfico 1 – Imigração Líquida na Europa dos 25: Média Anual (N) e por 1.000 Habitantes (2001-2005)

Fonte: Laparro (2007).

Segundo os cálculos efetuados por Laparro (2007), a partir dos dados fornecidos por Eurostat, os fluxos líquidos são positivos em média na Europa dos 25, entre 2001 e 2005, como podemos ver no Gráfico 1 acima. As situações são muito diferentes segundo os países conforme o vimos nas páginas precedentes. A Espanha, a Irlanda e a Itália conhecem as taxas líquidas de migração (proporção de migração líquida por 1.000 habitantes) anuais as mais elevadas (14%, 11% e 7% respectivamente). O Reino Unido, a França e a Alemanha, nesse período, têm taxas líquidas inferiores à média europeia. Como a Polônia, a maioria dos países do Leste tem taxas líquidas de migração negativas e são, portanto países de emigração.

A avaliação do número de imigrantes em cada país, feita a partir de recenseamentos e incluindo por isto os trabalhadores “sem documentos” (sem que se possa estimar seu número, a pesquisa não fazendo esta pergunta por razões evidentes) é em geral mais confiável que as estimações em termos de fluxo. Eis por que as estimações em termos de estoque são em geral mais seguras que aquelas em termos de fluxo. Observamos assim que no fim dos anos 1990, segundo a OCDE, 60% dos estrangeiros instalados na Europa estão lá há mais de 10 anos.

1.3.3-Diferentes critérios de reagrupamento

Se privilegiarmos a história própria a cada um desses países, podemos reagrupá-los segundo quatro critérios: história colonial ou não, políticas de integração dos imigrantes, políticas que favorecem ou não a imigração em geral, e políticas seletivas face à imigração, ficando bem entendido que se podem encontrar vários destes critérios para um dado país.

Segundo o primeiro critério (história colonial ou não), encontramos os países anteriormente coloniais (Reino Unido, França, Portugal, Espanha), os países tendo pouco ou nenhum passado colonial (Alemanha, Itália, Europa do Norte) e enfim os países de emigração que se tornaram países de imigração (Portugal, Espanha, Itália). Notemos que a Espanha e Portugal tiveram colônias, mas as perderam na América Latina no começo do século XIX e Portugal conservou algumas na África até recentemente.

Pelo segundo critério (políticas de integração), reagrupam-se países tendo políticas de integração diferentes. Certos países procuraram assimilar as populações que chegando a seus territórios, outros consideraram que era necessário respeitar os valores mais importantes destas populações e adotaram uma perspectiva comunitarista de sua

integração. “Nenhum destes modelos, a assimilação e o comunitarismo, é integralmente aplicado em qualquer país” nota o Livro Branco sobre o diálogo intercultural do *Conseil de l’Europe* (2008f, p. 19): viver juntos na igual dignidade. No entanto, estes modelos influenciaram às vezes fortemente certas políticas e se traduziram em fracassos relativos em termos de integração.

Segundo o terceiro critério (políticas de imigração em geral), poderíamos reagrupar os países segundo as medidas recentes tomadas ou não com a finalidade de gerir a imigração. Estas políticas são diferentes segundo os países mesmo se elas tendem a ser mais restritivas depois de alguns anos. Podem-se encontrar medidas que se referem às ajudas condicionadas ou não à integração, as medidas visando a expulsar os imigrantes “sem documentos”. Em alguns países, pede-se aos indivíduos candidatos à imigração que eles “demonstrem” seu desejo de se integrarem. (LOCHAK, 2007; GROENENDIJ, 2008). Em outros países, estas medidas vão mais longe: elas são estendidas aos imigrantes já residentes legalmente no país de destino, assim como pudemos observar recentemente na Holanda. Estas medidas obedecem à outra filosofia: o “ônus da prova” é invertido, cabe aos imigrantes de manifestar de início seu desejo de se integrar e apenas em seguida o Estado poderá lhes ajudar. Que haja reciprocidade pode parecer legítimo: os governos ajudam e pedem em retorno que os imigrantes façam esforços para conhecer a língua do país, sua história e seus costumes. A reciprocidade neste domínio vai ao encontro das recomendações do Livro Branco. Este recomenda, com efeito, que os poderes públicos ajudem os imigrantes a se integrar.

As medidas de expulsão dos imigrantes que entram ilegalmente no território são cada vez mais numerosas. Estas medidas são frequentemente ampliadas aos trabalhadores imigrantes tendo um emprego há vários anos (obtidos frequentemente por meio de documentos falsos) e ainda que eles participem ao pagamento de

cotizações sociais e de impostos. Elas concernem igualmente pessoas tendo um cônjuge autóctone, tenham eles filhos ou não nascidos no país de destino. Estas medidas de expulsão obedecem, em certos países, objetivos de cotas difíceis de satisfazer por dois tipos de razões: as ações dos defensores dos direitos do homem chocados por certas decisões de expulsão, a falta de cooperação dos governos dos países de origem que não desejam se privar assim dos recursos provenientes dos imigrantes, transferências frequentemente superiores às ajudas ao desenvolvimento dos países desenvolvidos.

O quarto critério refere-se às políticas seletivas em matéria de imigração. Este critério não é sem relação com o terceiro critério. Mais e mais países optam por uma imigração “selecionada”. Esta política visa aparentemente a enfrentar os déficits de mão-de-obra em certos setores aonde as ofertas de emprego vindas das empresas ou dos serviços públicos são superiores às demandas de empregos dos trabalhadores. Segundo esta perspectiva, no caso inverso, quando há um excesso da demanda em relação à oferta, a imigração não é “desejada” porque ela seria de natureza a se fazer em detrimento dos autóctones. Como o mais frequentemente à falta de mão-de-obra refere-se, sobretudo o trabalho qualificado, esta política favorece “a fuga de cérebros”. Os países em desenvolvimento tendo financiado sua formação se encontrariam empobrecidos por estas medidas. É uma das razões pela qual este tipo de política encontra certa hostilidade da parte dos governos destes países.

1.3.4-Exame de alguns países

1.3.4.1-Uma imigração recente: Espanha, Portugal, Grécia, Itália

Espanha, Portugal, Grécia e Itália foram, no passado, países de forte emigração na direção da América e em seguida da Europa. Desde os anos 1980, a tendência se inverteu. A percentagem de imigrados sobre a população total cresce fortemente graças à considerável elevação da taxa (de saídas) de migração. As taxas líquidas de migração destes

países ultrapassam em muito a da França em 2005, país de imigração antiga. Para mais informação, ver a Tabela 2 abaixo, assim como a Tabela 1 e o Gráfico 1.

Tabela 2 – Imigração em Alguns Países Europeus, Evolução entre 1985 e 2005

País	Imigração em % da População			Taxa líquida de imigração sobre 1.000 pessoas		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005
França	10,8	10,5	10,7	0,6	0,2	0,6
Alemanha	-	11,1	12,3	-	-	1,2
Holanda	5,3	9	10,1	2,7	3,8	1,4
Itália	2,2	2,6	4,3	0,4	0,4	1,6
Reino Unido	6,5	7,3	9,1	0,7	0,9	1,9
Portugal	3,5	5,3	7,3	1,7	1,7	3,1
Espanha	11	2,5	11,1	0,3	1,4	8,3

Fonte: Lowell e Kerr (2008). Estes dados, fornecidos pela OCDE, são harmonizados.

Os comentários que se seguem não são todos necessariamente baseados em dados harmonizados da OCDE⁸ tal como eles aparecem no quadro acima. As diferenças entre os dados harmonizados e nacionais podem conduzir a nuances nestes comentários.

A Espanha não contava mais que 2,5% de imigrados em 1995. Este número se eleva a 5.200.000 em 2007, ou seja, 12% de sua população. Cerca de 20% dos imigrados são marroquinos, 11% equatorianos⁹, aproximadamente 6% colombianos e 5% romenos em 2004. Os imigrantes são jovens trabalhadores (homens e mulheres) e apenas 5% das entradas se explicam pelo reagrupamento familiar.

⁸ Eles podem diferir dos dados nacionais, que se referem à imigração, fornecidos pelos diferentes países. Estes definem frequentemente os imigrantes de maneira diferente das instituições internacionais. Nós o vimos na Introdução. Na França, por exemplo, segundo os dados do Alto Conselho da Integração, haveria em 2004, 7% de trabalhadores imigrados e 17% na Alemanha: ver páginas seguintes.

⁹ Notemos que para o Equador a migração constitui uma verdadeira sangria. Avalia-se em cerca de 13% a população que deixou o Equador nestes últimos vinte e cinco anos para a Espanha, os Estados Unidos, a Itália. Ver Jokish (2007).

Enfim, os imigrantes representam 22% da população economicamente ativa em Madri, o que é um número considerável.

A inversão do saldo migratório começa em Portugal em meados dos anos 1970, com a chegada massiva de populações dos países anteriormente colonizados. A inversão do saldo migratório tem lugar igualmente na Grécia desde meados dos anos 1970. Enfim, na Itália, o saldo migratório torna-se fortemente positivo no início dos anos 1990, enquanto tinha sido fortemente negativo nos anos 1960. Neste último país, passa-se assim de 500.000 estrangeiros em 1991 a 4.500.000 em 2007 segundo as estatísticas nacionais.

Na Espanha, na Itália e em Portugal, que se tornaram recentemente países de imigração, a percentagem da população em idade de trabalhar é, portanto mais importante dentre os imigrantes que dentre os nacionais. O que mostra o Gráfico 2 abaixo concernente à Espanha.

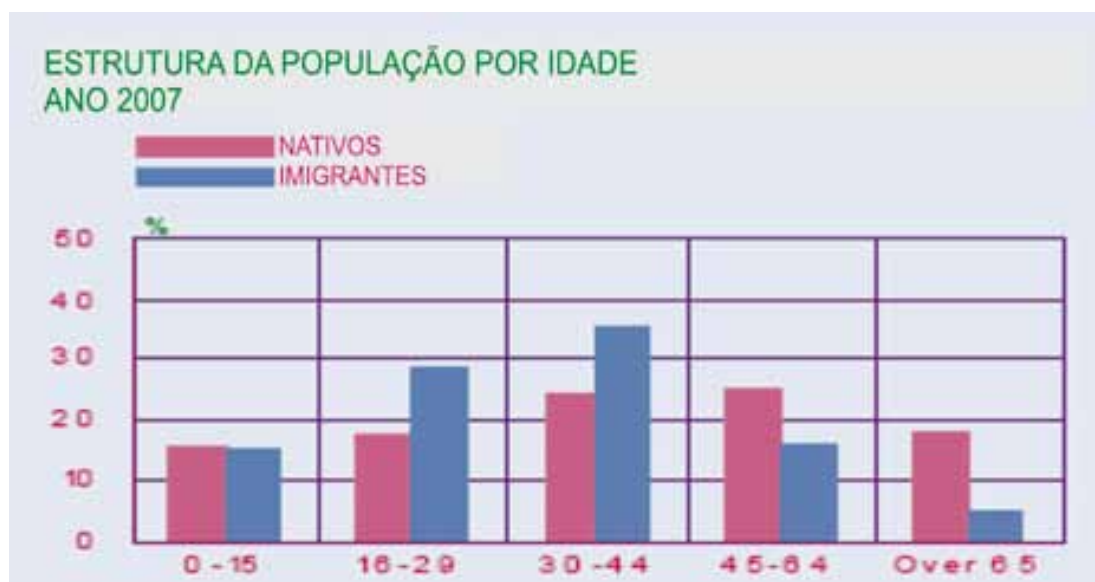


Gráfico 2 – Estrutura por Idade da População na Espanha (2007)

Fonte: Jimene (2008).

1.3.4.2-Uma imigração mais antiga: a Alemanha, a França e o Reino Unido

A Alemanha, como já indicamos, considera como alemãs as populações nascidas nos territórios que anteriormente lhe pertenceram. Até recentemente (1999), as crianças de imigrantes nascidos na Alemanha não podiam beneficiar da nacionalidade alemã (direito de sangue). Os imigrantes e seus descendentes nascidos na Alemanha totalizam 10,1% da população em 2004 (dos quais 8,1% dos imigrantes nascidos no estrangeiro) segundo o Alto Conselho da Integração. (HAUT..., 2006). A origem e a concentração da população imigrada são diferentes daquelas observadas na França. Em 2003, os turcos representavam 1.223.000 pessoas (das quais os descendentes eram 654.853), os da ex-Iugoslávia: 846.305 (dos quais 208.400 como seus descendentes), aqueles que têm a nacionalidade italiana: 428.074 (seus descendentes: 173.184), etc. Ou seja, no total uma população imigrante de 5.834.766 pessoas. A esta estimativa convém acrescentar os migrantes “eticamente” alemães por um total de 3.088.615. Total que se decompõe em 2.145.856 migrantes da ex-URSS, de 672.350 da Polônia e 270.000 vindos de outros países. Enfim, convém adicionar a população migrante por razões humanitárias, essencialmente composta de refugiados, que se eleva a 1.088.000 pessoas. Observa-se então, por origem, uma forte proporção de turcos e de ex-iugoslavos aos quais se somaram os migrantes “eticamente” alemães. (LIEBIG, 2007).

Na França, segundo o Haut... (2006), a população imigrada representa 7% da população total em 2004, ou seja, 4,5 milhões de pessoas. Trata-se, neste caso, da população imigrada não clandestina. Nós temos visto que as avaliações da OCDE são superiores àquelas que indicamos. (Tabela 2). Os estrangeiros que entram na França em 2004 por um período superior a um ano se elevam a 175.000 pessoas. Dois terços desta imigração se explicam pelo reagrupamento familiar. A imigração em parte mudou: os fluxos de imigrantes italianos e

portugueses se esgotaram, os da África negra aumentaram fortemente. (DIEZ; PICHELMANN, 2006; OCDE, 2006a). Quando se considera o estoque de estrangeiros por nacionalidade e não mais os fluxos anuais, observa-se que os imigrantes do norte da África são mais numerosos (cerca de um milhão em 1999), mas que os portugueses têm igualmente um peso importante (553.000), seguidos dos italianos (201.000), os estrangeiros provenientes da África negra sendo menos numerosos.

No Reino Unido, a população imigrante é avaliada em 2001 em 8,3% da população total do país, dos quais 1/3 proveniente da Europa. O reagrupamento familiar é aí menos importante que na França e na Alemanha, ou seja, 37,8% contra respectivamente 64,3% e 44,7%. Ao contrário, a imigração de trabalho é aí mais importante, ou seja, 35,5% contra respectivamente 11,9% e 19,1% e os refugiados são menos numerosos, nota o *Conseil de l'Europe* (2007a). A imigração no Reino Unido se dirige essencialmente às cidades. A Grande Londres é um polo de atração poderoso. Quando se toma em conta a faixa etária de 15 a 65 anos, a percentagem dos imigrantes residindo na Grande Londres corresponde, no início dos anos 2000, a 43,24% da população ativa, isto é, cerca da metade. (LE MONDE..., 2009).

O Reino Unido, segundo os dados do H.C.I.¹⁰, se caracteriza por um forte dinamismo da imigração, já que se avaliam, fora entradas ilegais, 300.000 entradas cada ano desde 2001, com um pico em 2004 de 582.000 entradas, enquanto que a entrada dos estrangeiros era em 1992 de 175.000 pessoas segundo a OCDE. Além disto, o Ministério do Interior estima em 500.000 o número de imigrantes clandestinos sobre o território. A imigração proveniente dos países da *Commonwealth* permanece preponderante. Assim, os fluxos de imigrantes provenientes dos países do subcontinente indiano representam cerca de um terço

¹⁰ Lembremos que segundo os dados fornecidos pelo Gráfico 1, a migração (das saídas) é no Reino Unido sensivelmente mais fraca que aquela indicada pelo HCI. Estes últimos são dados brutos, os da Eurostat são líquidos, mas esta distinção não parece suficiente para explicar tais diferenças.

do total das entradas (na ordem, Índia, Paquistão e Bangladesh), os da África, em torno de um quinto (principalmente da África do Sul, do Zimbábue e da Nigéria), os fluxos vindos da Austrália sendo igualmente consequentes. A imigração europeia no Reino Unido é forte, aquela vinda da Europa do Leste aumentou recentemente. Por exemplo, a população imigrada de origem polonesa representa em 2004 a metade da dos franceses. Ela tende, porém a baixar em 2008-2009. A crise financeira e econômica se traduzindo por um aumento sensível da taxa de desemprego, vários imigrantes recentes dos países do Leste retornam aos seus países de origem. A imigração proveniente da China aumenta sensivelmente, assim como aquela dos países do Oriente Médio.

1.3.4.3-Um caso específico: a Rússia

Desde a implosão da União Soviética, a população da Rússia se recompõe. Uma parte dos 25 milhões de russos étnicos da ex-URSS, dos quais alguns residiam há várias gerações fora da Rússia, retorna à Rússia, o auge dos retornos sendo atingido entre 1992 e 1994. A Rússia recebe igualmente um número importante de imigrantes provenientes dos antigos países do Leste Europeu e da Turquia.

A imigração chinesa na Rússia é, em parte, de tipo pendular, com uma “economia de bazar” particularmente desenvolvida na fronteira dos dois países e, em parte, de caráter permanente. A percentagem relativamente elevada de entradas clandestinas se explica pelas dificuldades de se obter um visto. Segundo o último recenseamento russo, a imigração chinesa se elevaria a 35.000 pessoas, enquanto que segundo o Ministério do Interior da Rússia ela se situaria entre 400.000 e 700.000. Esta imigração chinesa se inscreve também nos quadros de medidas de autossuficiência alimentar do lado da China. Os chineses adquirem cada vez mais terras na Rússia para cultivá-las e

enviar os excedentes à China. A isto se acrescentam todas as formas de comércios e de tráficos. Esta nova forma de imigração que se aparenta a uma colonização não deixa de criar numerosos problemas, de acordo com o artigo publicado no *Le Monde*, em 20 de abril de 2009.

De uma maneira geral, a imigração na Rússia obedece a várias causas: alguns procuram fugir a conflitos armados na região (por exemplo, Geórgia), outros estão à procura de um emprego melhor remunerado que nos seus países de origem, outros enfim participam ao que se chama de “economia de bazar”. Paralelamente, um número grande de russos emigra seja para os países da CEI, seja para Israel (um pouco mais de um milhão). Ou para os países da OCDE (dentre os quais a Alemanha). O saldo migratório é positivo, mas insuficiente para compensar a queda líquida da população devida à taxa de fecundidade fraca e a uma redução da esperança de vida. (LE MONDE, 2009).

Conclusão

A imigração, portanto mudou. A situação econômica igualmente. Desde há vários anos, a maior parte dos países europeus conhece um crescimento econômico pouco elevado, à exceção do Reino Unido, da Espanha e de alguns países do Leste Europeu. Estas economias são hoje atingidas por uma crise financeira e econômica importante. As taxas de desemprego se elevam fortemente no conjunto dos países e mais rapidamente naqueles que tinham conhecido ontem um crescimento mais importante.

Estes dois fatores (imigração diferente, crise econômica) colocam em termos diversos as questões de imigração e de diversidade. Eles tendem a radicalizar os extremos: desconfiança diante da imigração, repressão mais forte, crescimento do nacionalismo, da xenofobia, até mesmo do racismo, de uma parte, e dificuldades – ressentidas como crescentes – para os imigrantes de viver suas próprias culturas, suas